



ID: 119880838

31-10-2025

# Cartazes de Ventura geram 465 queixas

**Em seis meses, PJ abriu 19 inquéritos por discriminação e incitamento ao ódio, alguns visando o Chega**

“Isto não é o Bangladesh”. “Os ciganos têm de cumprir a lei”. “Os imigrantes não podem viver de subsídios”. Desde que estes cartazes de lançamento da candidatura presidencial de André Ventura foram divulgados no último fim de semana, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) já recebeu 465 queixas, que reencaminhou para o Ministério Público (MP). “A liberdade de propagação vem da liberdade de expressão, que é de facto uma das maiores que temos” na legislação, explica o porta-voz da CNE, André Wemans. Ainda assim, “obviamente tem limites”, incluindo o incitamento ao ódio e racismo, e esta é já a terceira vez que a CNE delibera sobre um cartaz do Chega este ano.

Quanto a estes cartazes, estas não foram as únicas queixas a chegar ao MP. Oito associações ciganas avançaram com uma queixa e ponderaram uma providência cautelar para a retirada dos *outdoors*. Já o professor universitário e advogado Garcia Pereira deu entrada de uma queixa em

que solicita ao MP que requeira ao Tribunal Constitucional a extinção do Chega, devido ao reiterado comportamento “racista”.

O Expresso sabe que a PJ tem recebido recentemente muitas queixas contra o Chega, por suspeitas de crimes de ódio, sobretudo sobre mensagens partilhadas pelo partido de Ventura nas redes sociais, discursos dos principais dirigentes no plenário da Assembleia da República e conteúdos dos cartazes que visam minorias étnicas. No total do ano passado, a PJ avançou com 35 investigações por crimes de discriminação e incitamento ao ódio. E só nos primeiros seis meses deste ano, foram 19 os inquéritos abertos por esta polícia, alguns deles tendo o Chega como alvo.

## “Pagaremos caro”

Para o diretor científico do Observatório das Migrações (OM), Pedro Góis, estamos mais uma vez perante uma tentativa de “construir com base em pressupostos falsos uma perceção sobre uma comunidade específica que constrói preconceito, racismo e xenofobia”, considera. E “infelizmente está a resultar”, mas “este ângulo de tentar

fraturar a sociedade é algo que no futuro pagaremos caro, eventualmente com distúrbios, violência e descoesão social”, alerta. E pede: “A Justiça tem de atuar.”

Perante “uma tendência que vem de fora para dentro”, o OM vai lançar o retrato sociodemográfico da comunidade do Bangladesh. Mas, lamenta, “já vamos tarde porque não podemos adivinhar o próximo cartaz”. Na perspetiva do OM, a escolha

## “Pagaremos caro” e tentativa de fratura da sociedade, alerta diretor do Observatório das Migrações

deste país “é completamente discricionária”. Sendo a sétima maior comunidade estrangeira em Portugal (55.199 dos 1.543.697 estrangeiros residentes), não é sequer a comunidade mais numerosa do subcontinente indiano (atrás da Índia e Nepal). Mais, sublinha Pedro Góis, “os dados indicam que os cidadãos do Bangladesh não se diferenciam em termos de integração de outros”. A maioria está “integrada no mercado de trabalho, contribui para a Segurança

Social e não há aumento de criminalidade associado” aos bangladeshianos.

Na perspetiva de Otávio Raposo, investigador integrado do CIES-ISCTE, especialista em imigração e discriminações étnico-raciais, a escolha assenta no facto dos bangladeshianos serem vistos como “culturalmente mais diferentes” dos portugueses. “Ventura tem um projeto de poder” que passa por uma “atualização do discurso racista da ditadura”, defende o sociólogo – seja pela evocação dos “três Salazares”, a defesa da mudança de regime e da Constituição, como fez na SIC, ou a defesa de que os “portugueses estão em primeiro lugar” e que Portugal é “nosso”.

Os imigrantes tornam-se no “bode expiatório” e na “poeira para os olhos dos portugueses”, afirma o investigador. Em vez de se falar na “extrema desigualdade”, na crise na habitação ou na lei laboral, “redireciona-se o foco” para “inverdades” ou “mentiras”. É uma retórica cujo efeito de “contaminação” já se sente na direita tradicional, manifestando-se em “políticas concretas”.

CLÁUDIA MONARCA ALMEIDA  
e HUGO FRANCO  
calmeida@expresso.imprensa.pt